

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL COMO BASE PARA A INCLUSÃO NO PROCESSO EDUCATIVO

 DOI: 10.5281/zenodo.7317196

Noemi Pinheiro Xavier

Doutora em Ciências da Educação e professora na Faculdade Adventista

Paranaense, Ivatuba, PR. noemix1962@gmail.com

Zulene dos Santos Sousa Silva

Graduanda do Curso de Pedagogia, pela Faculdade Adventista Paranaense,

Ivatuba, PR. zulenysantos20@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa objetivou investigar e identificar aspectos que podem ser considerados necessários na formação de professores para a inclusão de crianças diagnosticadas com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Para tal, foi realizado anteriormente um levantamento bibliográfico de artigos acadêmicos e livros publicados sobre o tema, com autores preparados e capacitados para abordar e responder a pergunta em questão. O artigo está dividido em três partes: primeiro foi abordada a questão do autismo como condição neurológica, seus critérios de diagnóstico e níveis. Em seguida, a importância de trabalhar a inclusão de maneira mais significativa e, por último, como a formação continuada e especializada do professor pode interferir de maneira positiva ou negativa no processo educativo de crianças autistas. Por fim, traçamos alternativas para uma inclusão educativa de qualidade e os resultados concluídos com esta pesquisa.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Papel do Professor.

Abstract

This research aimed to investigate and identify aspects in which they can be treated in the training of teachers in the educational process of children diagnosed with ASD (Autistic Spectrum Disorder). For such research, a bibliographic survey of academic articles and books published on the topic was previously carried out, with prepared and trained to approach and answer the question in question. The article is divided into three parts. First, it will be presented about autism as a neurological condition and its diagnostic criteria and levels. Then, we will deal with the importance of working with inclusion in a more meaningful way and how continuing teacher education can positively or negatively interfere in the educational process of autistic children. Finally, we outline alternatives for a quality educational inclusion and the results concluded with this research.

Keywords: Autisms. Inclusion. Teacher's Role.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala sobre o autismo, já nos vem à mente a inclusão, o papel do professor e como lidar com todas as especificidades de cada criança autista e seus diferentes níveis. A educação inclusiva é bem abrangente, mas este trabalho tem como foco especial abordar o Transtorno de Espectro Autista (TEA) e a formação dos professores como base para a inclusão no processo educativo.

Este tema de Transtorno de Espectro Autista e formação do professor, surgiu com base em vivências reais, as quais presenciei dentro da minha família, pois meu sobrinho foi diagnosticado com TEA aos 3 anos de idade. Naquela ocasião, os pais sem entender profundamente do assunto e como lidar com a situação, depuseram sobre os professores da escolinha toda a responsabilidade do desenvolvimento cognitivo da criança, pois não houve aceitação. A partir deste momento, surgiu o interesse em entender e compreender o diagnóstico do meu sobrinho para assim ajudá-lo em seu desenvolvimento pleno.

Conforme exposto, devo destacar aqui o posicionamento dos professores frente ao diagnóstico da criança e a cobrança dos pais para com os mesmos. No primeiro momento, não houve estranheza dos professores diante do que a mãe relatou sobre seu filho, o que demonstrou uma certa segurança para a família. No decorrer dos dias, entretanto os professores demonstraram um certo desconforto frente à situação, que ocasionou o pedido de mudança de escola, alegando que tanto os alunos quanto os professores não estavam preparados para lidar com a situação, sugerindo assim a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Contrariamente, os pais recusaram a sugestão e exigiram a permanência do filho na escola, o que de certa forma trouxe um prejuízo para a criança, devido suas especificidades não serem levadas em consideração. Os coleguinhas da sala o chamavam de louco, riam dele, puxavam suas roupas. E quase nenhuma intervenção adequada foi feita, nem por parte da professora da sala e nem por parte da escola, alegando que não havia professores preparados e capacitados para receber uma criança com necessidades especiais. Os pais da criança o levaram para outra escola, onde foi bem aceito e os professores até o presente momento, tem trabalhado com

ele de forma bem objetiva e carinhosa, mesmo não sendo especializada em educação de crianças com TEA.

Para um professor despreparado torna-se um grande desafio trabalhar com estes alunos nos quais as necessidades são bem específicas, e ainda é maior a dificuldade de incluí-los numa sala de aula onde há um número de crianças que carece da atenção do professor. Como os professores encontram muitos obstáculos para elaborar métodos efetivos, os alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) têm maior dificuldade de construir o sentimento de pertencer a uma instituição.

Por isso a importância deste trabalho que tem por objetivo geral analisar as maiores dificuldades encontradas pelas famílias ao ter que pleitear por um processo de inclusão de seu filho(a) com TEA e como objetivo específico, verificar como a especialização adequada do professor poderá colaborar para uma melhor inclusão no processo educativo.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada baseada em uma revisão de estudo de cunho bibliográfico das leituras sobre o transtorno do espectro autista e a especialização do professor como base para a inclusão no processo educativo conforme as literaturas publicadas nos últimos seis anos.

Tendo em consideração que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida buscando analisar, sintetizar, e interpretar um assunto determinado, a partir de artigos científicos, livros e revistas sobre o tema em questão. Para a seleção dos artigos, livros e revistas, foram definidos para a realização da busca palavras chaves e as selecionadas foram: espectro autista, inclusão e papel do professor. A amostragem foi composta por artigos publicados nos últimos seis anos (2013-2019) e livros publicados de 2014 a 2020.

Os artigos que foram analisados e selecionados para a elaboração deste projeto, estão disponíveis na base de dados: (ScieElo) Scientist Electronic Library. Na triagem dos artigos, foi considerado a data de publicação, idioma: português e abordagem do assunto geral. Os livros foram encontrados na biblioteca da FAP (Faculdade Adventista Paranaense) com data de publicação de (2014-(2017). Inicialmente houve uma análise dos temas, autores, leitura dos resumos e em seguida uma leitura na íntegra do material recolhido.

Na primeira parte deste trabalho abordaremos o transtorno do espectro autista (TEA), seus níveis, especificidades e desenvolvimento e como é trabalhada a inclusão de crianças com o diagnóstico. Na segunda parte, será discutido como e qual a importância da formação especializada para que o professor possa atuar de forma mais eficaz com alunos com esta dificuldade e oferecendo um suporte mais acolhedor às famílias dos mesmos.

3 ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento, e que prejudica diretamente o potencial de comunicação, as interações sociais e movimentos autônomos. O TEA aparece logo nos primeiros anos de vida e o diagnóstico não é uniforme, ou seja, pode ser que em algumas crianças os sintomas apareçam logo nos primeiros dias de vida, já em outras o diagnóstico é mais demorado, vindo a perceber a partir dos 12 meses de vida. Obviamente que o conhecimento dos pais diz muito sobre quando forem descobertas as necessidades do filho. O autismo também é associado a outros transtornos como TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), ou outros apontados por médicos.

Sendo assim, pode-se destacar aqui os critérios de diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista e seus padrões de comportamento restritos e repetitivos descritos pelas DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) que destaca 4 pontos específicos:

A) 1º - movimentos motores estereotipados e simples, movimentos de brinquedos alinhados, frases idiossincráticas e ecolalia;

B) 2º - perseverança na mesmice, é inflexível à rotinas, sofre por mudanças mínimas no seu dia a dia, necessidade de seguir o mesmo caminho e até comer a mesma refeição todos os dias;

C) 3º - muito restrito, interesses fixos, grande apego em preocupações ou objetos incomuns;

D) 4º - indiferença em aspectos sensoriais como: cor, temperatura, texturas específicas, mania em cheirar ou tocar em objetos excessivamente e foco visual em luzes ou movimentos, pra eles é uma fascinação. Existem padrões de dados mais agravantes como: deficiência em comunicação social e em padrões de

comportamentos muito restritos e repetitivos. Déficits em demonstrar reciprocidade nas relações socioemocionais.

Ainda em conformidade com o Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2020) as dificuldades motoras também são problemas comuns em crianças diagnósticas com TEA, mesmo não sendo necessária sua presença para o diagnóstico ser preciso.

A primeira explicação relacionada ao Transtorno de Espectro Autista (TEA), foi feita por Kanner em 1943, que a caracterizou como um isolamento extremo, obsessividade, impossibilidade de comunicação que envolve a linguagem, dificuldade com afetividade, e que todas as expressões de linguagem nada mais é que ecolalia (frases repetidas). Pouco depois, Kanner em 1946, reitera que não poderia afirmar uma ausência de linguagem, já que crianças com TEA tem uma capacidade incrível de criar. Embora as frases que as crianças constroem, só lhe tragam sentido dentro de um contexto que elas apenas entendem:

O vocabulário incrível das crianças que adquiriram a linguagem, a excelente memória para acontecimentos ocorridos há vários anos, a fenomenal capacidade de decorar poemas e nomes e lembrar-se precisamente de sequências e esquemas complexos, testemunham uma boa inteligência no sentido comumente aceito deste termo (KANNER, 1943, p. 247-248).

Em outras palavras, Kanner está dizendo que as crianças com TEA são crianças sem aptidão para estabelecer vínculos normais com as pessoas e que não conseguem reagir normalmente diante de qualquer situação desde o início de vida.

Na verdade, poucos sabem identificar quais são os reais sintomas de um Transtorno do Espectro Autista (TEA) e até saber o que isso é e como se desenvolve, um grande espaço de tempo já foi percorrido. Por isso a dificuldade em estabelecer um diagnóstico aumenta, pois muitas vezes apenas a partir da idade escolar, entre 3 a 5 anos, é que esses sintomas acabam tomando forma. Como confirma Grandin:

Autismo é considerado como um transtorno global do desenvolvimento que se inicia antes dos três anos de idade. Caracteriza-se como uma síndrome comportamental de etiologias múltiplas que compromete o processo do desenvolvimento infantil. (GRANDIN, 2015).

Como podemos observar a descoberta do espectro não é fácil e saber lidar com a situação, principalmente a criança que possui as especificidades próprias, que

dificultam a realizar tarefas que para nós são comuns. As maiores dificuldades atingem muito sua socialização o que acaba afetando o seu desenvolvimento. Assim toda a família tem que se ajustar a esse novo estilo de vida que abrange muitos desafios.

Somadas a essas dificuldades, as pessoas com autismo também se deparam com limitações na realização de atividades diárias, como higiene e alimentação, as quais podem estar associadas aos comportamentos rígidos, agressivos ou repetitivos apresentados por eles. Em decorrência disso, a necessidade de cuidados é acentuada, levando a família a constantes mudanças em sua rotina a fim de se adaptar às características do familiar da criança com autismo. (NAKAYAMA, 2007, p. 6).

Ao examinar alguns estudos verifica-se que grande parte das crianças autistas tem algumas coisas em comum como: ter o seu comportamento social restrito, diferentes níveis e déficits de atenção, inflexibilidade no comportamento entre outras coisas. O autismo também possui as suas variáveis, ou seja, seus níveis que podem ser classificados em leve, médio e o grave. A seguir uma tabela exemplificando melhor:

Nível de Gravidade	Comunicação social	Comportamento restrito e repetitivo
Nível 1: Leve	Nesse nível há dificuldades e pouco interesse em iniciar uma interação social.	Inflexibilidade no comportamento interferindo no funcionamento de um ou mais contexto. Além de apresentarem uma dificuldade significativa em trocar de atividade, se organizarem e planejarem.
Nível 2: Médio	Grande déficit nas habilidades sociais e ocorrem prejuízos de interação, mesmo quando há apoio.	Inflexibilidade no comportamento que também dificulta o entendimento de mudanças, além de apresentarem comportamento restritos e repetitivos frequentes.
Nível 3: Grave	Deficiência grave na comunicação verbal e não verbal, além da dificuldade de interação social.	Mesmos níveis comportamentais das pessoas com nível 2.

Quadro 1: Classificação das variáveis do TEA em seus diferentes níveis.

Fonte: Adaptação de Psicologiaviva.com.

Vivemos em uma sociedade onde há padrões pré-estabelecidos, onde o “diferente” é excluído quase que de imediato. Esse é um grande problema que as crianças autísticas enfrentam, uma vez que elas sentem extrema dificuldade de

pertencimento, e isso acontece principalmente na escola onde estão totalmente fora da sua zona de conforto, e o trabalho inclusivo que a professora juntamente com os demais alunos e coordenadora fizerem, dirá muito sobre o bem-estar delas neste espaço educativo.

3.1 Inclusão de alunos autistas

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) tem como objetivo nortear a formulação dos currículos escolares em todo o Brasil, com a finalidade de desenvolver as habilidades e capacidades de todo e qualquer aluno, e isso é esperado que aconteça durante sua jornada escolar, que segundo a Constituição, emenda nº 59/2009 no qual houve alteração dos incisos I e IV, torna obrigatória a recepção de crianças com necessidades especiais de 4 a 17 anos de idade, no ensino regular, com o intuito de alfabetizar estas crianças para que elas possam exercer um papel de qualidade em nossa sociedade e tornar-se autônoma, sendo capaz de ter uma vida plena. (MEC.GOV, 2018).

O trabalho de conscientização é fundamental para a inclusão escolar. A formulação de políticas públicas também é de extrema necessidade, pois inclusão não é simplesmente estar dentro de uma sala de aula, ou ter uma cadeira para sentar, inclusão vai muito além disso. A criança precisa ser percebida, atendida, precisa ser colocada no seu lugar de direito, é preciso observar sua participação bem de perto, é necessário que os professores deem uma atenção especial para que suas necessidades possam ser supridas com dignidade, como precisam e merecem receber.

Podemos esclarecer ainda melhor as dificuldades dos professores em lidar com a “inclusão que é nossa, e a diferença que é do outro” quando olhamos os planejamentos das aulas, a falta de esclarecimento, preparo e maestria ficam nítidas. Sendo assim, a alfabetização básica das crianças autistas acaba caindo em defasagem, pois os ajustes que estão sendo feitos nas salas de aula de ensino regular, não contemplam as especificidades de alunos com TEA. Ainda falta da parte de muitos professores e escolas, a aplicação de metodologias ativas, que sejam capazes de alcançar as capacidades dos autistas, que trabalhem os pontos em destaque destas crianças, e socialize-as no ambiente escolar. Isso só é possível que aconteça com professores preparados e especializados.

De acordo com Sassaki (1999, p. 410) a inclusão pode ser considerada como sendo o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades específicas.

E conforme David Rodrigues (2008), podemos distinguir a inclusão em duas dimensões com metodologias distintas: a inclusão essencial e a inclusão eletiva. Mas vou me prender na inclusão essencial que assegura que todo cidadão tenha direito de participação sem discriminação em todos os seus níveis e serviços. Sendo assim, a inclusão essencial conjectura que nenhum indivíduo seja discriminado, mas que tenha a oportunidade já que toda pessoa tem o direito de acesso à educação.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo de educação, tal se refere no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade. (Declaração de Salamanca. Unesco, 1994, p. 61).

Em um apanhado geral, entende-se que o convívio é muito importante para o desenvolvimento de cada indivíduo de forma singular. À vista disso, a inclusão de crianças com Espectro Autista tem um valor ainda mais relevante, pois assim podem crescer e se tornar adultos capazes de desenvolver um papel na sociedade onde a mesma valoriza suas competências. O estudo da inclusão de crianças autistas contribui para a ampliação do conhecimento dos professores que trabalham com essas especificidades, pois a maioria entende que aceitar e compreender a diversidade humana é o correto.

Muitos educadores ainda precisam refletir acerca da inclusão de alunos com necessidades específicas no ensino regular, a fim de que sua práxis possa ser repensada, visando sempre a valorização e o desejo de contribuir com estes alunos. Nesta perspectiva, a intenção da reflexão é que os professores analisem qual está sendo o seu papel no núcleo escolar e fora dela. A partir da reflexão, o esperado é que os educadores tenham a concepção de que o aprendizado dos alunos com TEA se dá também com interações sociais, a fim de mostrar que estes alunos têm a capacidade de aprender em espaços não segregados.

Apesar desta preocupação não ser recente, vemos ainda que em muitas instituições escolares, seja ela pública ou privada, o tabu de saber trabalhar com as

inclusões que se deparam, mesmo que por lei as escolas sejam obrigadas a receber estes alunos, ainda é grande. As escolas, na sua maioria, não estão preparadas para saber incluir cada especificidade. Grande parte da recusa das escolas em trabalhar com a inclusão parece estar mais ligada com o medo de não saberem ensinar do que os alunos de aprender. (YUS, 2002).

Atualmente muito se tem comentado sobre grande parte da população não saber como lidar, bem como ter que receber nas salas de aulas alunos que têm dificuldades tanto intelectualmente, quando por alguma deficiência física. A educação acaba não tendo suporte com professores que estejam aptos para receber esses alunos, pois como sabemos, é de direito de toda criança ir para escola. Assim ser impedida de ir ou até mesmo ir e ser excluída, não faz parte de um processo de inserção social de todos os indivíduos. Como nos diz Nakayama:

A pessoa pode estar incluída em um grupo social e, ao mesmo tempo, sentir-se excluída de outro. Inclusão e exclusão revezam-se, então, como processos de pertencimento ou segregação, atingindo as pessoas que, em alguma situação, lugar ou ocasião, são considerados diferentes. (NAKAYAMA, 2007, p. 6).

Muitas vezes tanto a escola quando a sociedade em si, acaba por seu próprio mérito falando que é preciso sim ter a inclusão, mas quando chega a hora da verdade, acaba sendo mais complicado. Com isso se priva do diverso, ou seja, fala-se em diversidade, em inclusão, mas não se consegue incluir alguém que já é diferente e que não necessariamente, precisa estar em um ambiente exclusivista. Isso nos leva a refletir sobre como o respeito é uma das melhores formas de demonstrar que somos inclusivos.

O respeito pode implicar certo assistencialismo, uma generalização, que compreende as diferenças como fixas e definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las. (NAKAYAMA, 2007, p. 10).

Outro fator é a maneira como os professores e pais veem a inclusão como algo que pode ajudar ou piorar a situação. Sempre existe aquela escola com os profissionais qualificados para receberem os alunos, principalmente escolas públicas onde essa demanda é muito alta, mas com muitas reclamações, ora dos pais que acham que a escola não vai ser muito bem avaliada por ter alunos especiais ou até

mesmo as escolas particulares, nas quais era de se esperar que isso também fosse prioridade.

Realmente, o processo de inclusão escolar, com a matrícula das crianças com deficiência nas escolas regulares, sem estar acompanhado das medidas de acessibilidade necessárias ao seu acolhimento e orientação tem ocasionado a má adaptação e falta de estímulo desses alunos, bem como o aumento da desesperança dos seus pais e dos profissionais que os acolhem. (MANTOAN, 2003, p. 23).

Convém lembrar que apesar de tudo isso as escolas acabam se estruturando para a vida real, preparando-se para enfrentar estas situações que para eles são difíceis de passar sem ajuda ou até mesmo saber como enfrentar as oportunidades que lhes são oferecidas, e assim poder adquirir mais confiança e ser mais ativamente participativos. Assim quem ensina, demonstra que, mesmo com as suas limitações, é possível chegar onde quiser.

A escola inclusiva é aquela onde o modelo educativo subverte essa lógica e pretende, em primeiro lugar, estabelecer vínculos cognitivos entre os alunos e o currículo para que adquiram o desenvolvimento que lhes permitam resolver problemas da vida cotidiana e que os preparem para aproveitar as oportunidades que a vida oferece. Às vezes essas oportunidades lhe serão dadas, porém, na maioria dos casos, têm que participar ativamente. (ADIRON, 2004, p. 29).

Essas limitações e diferenças precisam ter maior atenção visto que não é apenas ter alguém para auxiliar, mas adaptar até mesmo o ambiente onde ele será inserido, para que esse ambiente possa ser o mais favorável possível. Adaptar o lugar e inovar na forma de contemplar o conteúdo curricular para todos da melhor forma. Cada aluno com TEA tem a sua maneira e manias de aprender, e com um professor ou profissional apto para receber esse aluno, já será uma das coisas mais confiáveis que uma instituição pode ter.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria das nossas escolas (especialmente as escolas de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultados, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003, p. 57).

3. 2 O papel da formação especializada do professor

Na primeira metade do século XIX, o papel do professor começou a ter destaque, e foi assumido por homens que atendiam tanto no ensino primário quanto no religioso. Hoje este cenário mudou. É o que mostra uma pesquisa feita pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC.GOV, 2003) onde destaca-se que 98,5% dos professores da educação Infantil são mulheres. Juntamente com este número alto, vem as responsabilidades, pois pressupõe-se que todo trabalho educativo e de inclusão é sustentado unicamente pelo professor e que o sucesso ou fracasso dos alunos é total e única culpa do mesmo. (YUS, 2002).

Mas não para por aí. Sobre o professor também recai a esperança de que ele possa ser capaz de mudar a educação brasileira, na qual a defasagem e a má qualidade ainda são muito presentes. O Art. 62. dá LDB destaca a importância da formação mínima do professor para atuar na educação básica: uma formação em nível superior, curso de Licenciatura e graduação plena.

Um docente não qualificado, que recebe em sala de aula uma criança autista não vai saber como se colocar na situação com maestria. Não saberá qual caminho deve ser seguido para trilhar um caminho junto com esta criança. Por isso a necessidade dos professores terem uma formação continuada e especializada, seja ela pública ou privada, diante da necessidade de atendimento a alunos de inclusão. Há necessidade de um aprimoramento pessoal, um empenho, o famoso “correr atrás”. Dedicar-se aos alunos com necessidades específicas traz à tona a antiga ideia de que ensinar é um “dom”, que somente aqueles que têm amor pela educação podem oferecer.

Segundo Carvalho (2006), quando o professor conhece as emoções que as diferenças provocam, a aceitação em trabalhar com alunos em situação de inclusão é muito mais tranquila, pois não existirá medo, rejeição ou pena, assim a alfabetização se torna mais significativa. Conseqüentemente, no instante em que a inclusão de crianças com autismo é debatida, é o papel do professor que aparece em seguida, pois vem dele a tarefa de mediar o aprendizado destas crianças. Como boa parte do tempo as crianças ficam na escolar, a família quer transferir toda a responsabilidade da educação da criança para o professor.

Estabelecer parceria entre família e professor auxilia muito, pois se a família trabalha em harmonia com a escola, a possibilidade do sucesso é ainda maior.

Em definição, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) estabeleceu que:

Os sistemas de ensino aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

A educação inclusiva tem sido observada ao longo dos anos, e que tem sido visto são os diversos questionamentos vindos dos professores diante de sua prática frente aos desafios que a educação inclusiva trás. Dentro destes questionamentos carregados de preconceitos e estigmas estão: “não sei por onde começar”, “não sei o que devo fazer”, “não seria capaz de ajudá-los”, e não é isso que a educação de crianças com TEA precisa. Por outro lado, muitas escolas são privilegiadas com professores especializados, que incansavelmente se dedicam, dia após dia para que todos estes alunos tenham uma educação de credibilidade. (FERNANDES, 2007, p. 15)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente não é possível destacar aqui todos os elementos que podem contribuir para o sucesso da educação inclusiva, mais especificamente das crianças com TEA. O mais importante é o que cada professor, cada escola e cada família pode fazer. Embora não seja possível levantar todas as possibilidades de melhorias, percebe-se alguns resultados que esta pesquisa acumulou, demonstrando assim meios a serem seguidos para o desenvolvimento pleno de crianças autistas. Com o diagnóstico é possível minimizar de maneira muito significativa o impacto da vida infantil até a adulta dessa pessoa, além da diminuição do agravamento dos sintomas.

O acompanhamento multidisciplinar também é muito importante na manutenção da rotina, amplia as habilidades sociais e possibilita o desenvolvimento cognitivo e emocional do autista. As áreas devem estar sempre relacionadas visando um acompanhamento conjunto. O diagnóstico de uma criança autista pode ser percebido nos primeiros 12 meses de vida, ou dependendo do conhecimento dos pais pode levar alguns anos o que sem dúvida, influenciará no seu desenvolvimento. Os principais critérios de diagnóstico, que disponibilizem assim meios facilitadores para pais e professores perceberem esta criança com necessidades específicas a partir dos

primeiros contatos diretos, as dificuldades de pais em pleitear a inclusão de seus filhos com TEA numa unidade escolar e a necessidade de professores especializados para receber estas crianças, e incluí-las num ambiente educacional que contribua para o desenvolvimento integral de seu ser, são os principais desafios a serem vencidos gradativamente, e com maior eficácia, à medida que somos parte de uma sociedade mais global e inclusiva.

A melhor forma de garantir o sucesso no processo educativo de uma criança autista, é sem dúvida, o preparo especializado do professor e da escola para recebê-las. É dever dos pais cobrar das autoridades, que seus filhos sejam atendidos em um ambiente educacional especializado e com profissionais capacitados. Considerando que é de total importância a formação continuada do professor, em se aperfeiçoar tanto no quesito curricular, quanto no pessoal, cabe a este profissional preparar-se para fazer parte desta equipe qualificada.

Ademais, concluímos que, a educação inclusiva atual requer mudanças no quesito ensino aprendizagem e na forma de acolhimento destas crianças dentro do ambiente escolar, tanto por professores, quanto por alunos e corpo docente das escolas públicas ou privadas.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Liubiana. **Transtorno do Espectro Autista**. São Paulo, Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento n°5, abril 2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin> Acesso em: 29 de Agosto de 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5**. 5. ed. Washington, 2007
- BARBOSA, Amanda, Magalhães. **O Papel do professor frente à educação de crianças com Autismo**. Curitiba PR: 2013. Disponível em: [Educere.bruc.com/arquivo/pdf2013/7969_pdf](http://educere.bruc.com/arquivo/pdf2013/7969_pdf)> Acesso em: 12 de setembro de 2020
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/38dBExB>. Acesso em: 30 de outubro de 2020
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB** (Lei nº. 9394/96). 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br> Acesso em: 12 de setembro de 2020.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de ensinar- ideias e práticas pedagógicas**. 6º ed. Copacabana, Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: wakeditora.com.br/produto/autismo-na-escola/ > Acesso em: 18 de março de 2020.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 7º ed. (2017) Disponível em https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf> Acesso em: 10.09.2020

CABRAL, C., & Mirian, A. (2017). **Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da leitura**. Educação em Revista, 33 (142079), 1-30 DOI. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982017000100113&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 03 de agosto de 2020.

DE SALAMANCA, Declaração. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/imagens/0013/001393/139394.pdf>, 1994. Disponível Em: <https://bit.ly/3520D4V>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

GRANDIN, Temple. **O cérebro autista**. São Paulo: Editora Record, 6ºed. Disponível em: maosemmovimentos.com.br/. Acesso em: 03 de Agosto de 2020.

FERNANDES, S. **Fundamentos para a educação especial**. Curitiba: IBPEX, 2007

LUSTOSA, Ana Valéria. **O Espectro Autista e a Inclusão Escolar**. São Paulo: Editora Educere, 2015.

RODRIGUES, Gavid. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Editora Primavera, 2006.

GAIATO, Mayra. **S.O.S Autismo: Guia completo para entender o transtorno do espectro autista**. São Paulo: Editora Saraiva, 1ª ed., 2018

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual dos transtornos escolares: entendendo problemas de crianças e adolescentes na escola**. Rio de Janeiro: Editora Bestseller, 2013.

VOLKMAR, Fred, R. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1º ed., 2018.